

Comitê assessor confirma pagamento de US\$ 350 mi

De Nova York
e das Sucursais de Brasília e Rio

O Comitê Assessor dos bancos privados credores do Brasil divulgou uma nota na tarde de ontem confirmando que o país já fez o pagamento de aproximadamente US\$ 350 milhões referente aos juros da primeira quinzena de janeiro de sua dívida externa. O comunicado lembra que o dinheiro saiu de reservas brasileiras e que este em "o quinto pagamento feito pelo país nas últimas cinco semanas". O primeiro, de US\$ 1,1 bilhão, foi realizado no dia 30 de dezembro. O segundo, de US\$ 360 milhões, no dia 11 de janeiro. O Brasil fez ainda dois pagamentos não-anunciados que somaram US\$ 85 milhões.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disse ontem em Brasília esperar que, com este gesto, o acordo com os bancos privados credores saia rapidamente. O ministro reafirmou, conforme informou a assessora de imprensa do Ministério, Rosa Dalcin, que, fechado o acordo com os bancos, o país negociará um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A Folha apurou que Mailson estará em Washington em meados deste mês. O documento divulgado na segunda-feira pela Fazenda afirmava que "o processo de reproximação com o FMI deverá iniciar-se em meados de fevereiro".

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, teve nova reunião ontem à tarde com o Comitê Assessor. Entrevistado de manhã, afirmou que o pagamento dos juros da primeira quinzena de janeiro será benéfico ao andamento das negociações em Nova York. "É claro que melhorou a nossa situação", disse. Mas, segundo ele, ainda não se sabe a que distância está o Brasil do pretebudi aci i de médio prazo. Milliet disse ainda que talvez volte ao Brasil na sexta-feira.

No Ministério, o pagamento de parte dos juros devidos em janeiro sem que qualquer acordo tenha sido fechado é visto como o gesto que garantiu ao Brasil, pela primeira vez, a iniciativa política na mesa de negociação. A opinião pública estará do lado brasileiro, embora se acredite que a reação interna não será tão positiva. Com o pagamento, o ônus de qualquer problema na negociação deverá, acreditam no Ministério, ser assumido exclusivamente pelos bancos credores.

Com o desembolso de US\$ 350 milhões (somados aos US\$ 500 milhões, referentes ao acordo provisório assinado pelo então ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e mais US\$ 85 milhões, pagos secretamente em janeiro como complemento do acordo provisório), as reservas internacionais do Brasil voltam ao patamar de fevereiro de 1987 (aproximadamente US\$ 3,4 bilhões). Patamar que justificou, à época, a decretação da moratória. A Folha apurou na Fazenda que também um acordo provisório sobre o mês de janeiro implicaria num desembolso equivalente ao realizado. A vantagem é que se evitou dois meses de discussão para que um novo acordo provisório fosse negociado e entrasse em vigor. Dois meses que provocariam ainda maior desgaste. Com o "gesto de boa-vontade", o país conseguiu, acreditam os técnicos, desbloquear as negociações e abriu caminho para que um acordo de médio prazo (refinanciamento dos juros devidos em 1988 e 1989) possa sair rapidamente.

O governo Sarney efetuou no mês de janeiro passado dois pagamentos secretos de juros aos bancos credores, no valor total de US\$ 85 milhões, porque o Banco Central, ao apresentar o seu pedido de empréstimo-ponte aos principais credores do país, em novembro passado, errou o cálculo dos juros devidos no período de outubro a dezembro de 1987.